

refile

www.sindigrafdf.org.br

Impresso
Especial

834/2003-DR/BSB
SINDIGRAF

.....CORREIOS.....

DEVOLUÇÃO
GARANTIDA

.....CORREIOS.....

CNI lidera manifesto contra
redução da jornada de trabalho

O Raio-X da Indústria Gráfica

Exigências indevidas em
editais de licitação

A péssima impressão das
gráficas no setor público



Refile é uma publicação do Sindicato das
Indústrias Gráficas do Distrito Federal - Sindigraf
Ano XX - nº 109 - outubro/2009

Editorial

A Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional) lançará nas próximas semanas uma campanha em nível nacional cujo foco será centrado na valorização do papel e da comunicação impressa. A ideia é mostrar que 100% da celulose que origina o papel advém de florestas plantadas, com planos de manejo florestal e de sustentabilidade – sendo o Brasil inclusive referência mundial nessa área –, e que, portanto, não contribuem para degradação do meio-ambiente.

A preocupação com o meio-ambiente sempre foi uma bandeira para a Indústria Gráfica e na Assembleia de setembro, demos mais um importante passo para nos alinharmos à uma conduta ambiental exemplar. Na ocasião, assinamos o termo de cooperação com o Ibram (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental) e o Sebrae que viabilizará um Plano de Controle Ambiental (PCA) para 31 empresas gráficas do Distrito Federal.

As preocupações da Indústria Gráfica do DF, entretanto, não se resumem a meio-ambiente e abarcam outras áreas, onde as negociações são mais difíceis e as perspectivas, menos otimistas. A pesquisa dos indicadores de desempenho da indústria no DF, promovida pela Fibra, constatou que o faturamento de nossas empresas caiu 0,5% no primeiro semestre de 2009. Confirmando tendência de queda, o nível de utilização da capacidade instalada, que mede o quanto estamos trabalhando, fechou com média de 50% no mesmo período, um dos mais baixos do país e de nossa história. Na prática, isso significa dizer que, por falta de serviço, as máquinas estão paradas em metade do tempo útil para produção – que inclui, dentre outros custos, o pagamento de funcionários e impostos. Isso, sem contar o fato de que o retorno do investimento imobilizado levará o dobro do tempo para ser alcançado.

O mesmo estudo mostra, também, que o segmento gráfico ainda conseguiu manter

o nível de empregabilidade apesar do momento recessivo. Essa situação, porém, certamente, será modificada caso o Congresso Nacional aprove a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, que prevê a redução da jornada de trabalho para 40 horas, dentre outros absurdos e desfavores apoiados por representantes de centrais sindicais de trabalhadores.

No final de agosto, acompanhado de empresários do setor produtivo, participei da audiência com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, ocasião em que firmamos nossa posição contrária à PEC e alertamos sobre o fato de que a redução da jornada não aumentará a contratação de mão de obra. Pelo contrário. O momento não é propício para esse tipo de mudança nas regras do jogo e o risco é de que o tiro saia para culatra, com empresários tendo que reduzir salários e quadro de funcionários.

Sabemos que mágica não existe. Que a pesada carga tributária onera, impiedosamente, a folha de pagamento e corroi a sobrevivência desses verdadeiros heróis – que são os empresários –, que teimam em manter suas portas abertas. Se o governo pretende, realmente, contribuir de alguma forma para melhorar a situação no país, deve pensar primeiro em promover uma ampla reforma tributária, desonerando os custos de produção, o que, certamente, será um grande estímulo à produtividade.



Antônio Eustáquio de Oliveira
Presidente do Sindigraf-DF

Presidente:
Antônio Eustáquio de Oliveira
Primeiro vice-presidente:
João Ferreira dos Santos
Vice-presidente para Assuntos Patrimoniais:
Antonio Cristino M. Teixeira
Vice-presidente para Relações de Trabalho:
Bráulio Pereira de Souza
Vice-presidente para Assuntos Sociais:
Fernando Antônio S. Olivieri
Vice-presidente de Comunicação e Marketing:
Ubirajara Alves Costa
Primeiro secretário:
Francisco Neves Ferreira
Segunda secretária:
Gilcélia Pereira da Costa
Primeiro tesoureiro:
Pedro Henrique Achcar Verano
Segundo tesoureiro:
João Nunes da Silva
Suplentes da Diretoria
Marcelo Fernandes
Raimundo Castelo Branco
Bismark Teixeira
Valmir Dias da Paz
Cleonice Amaral de Oliveira
Conselho Fiscal
Antonio Carlos Benedito Arruda da Silva
Alberto dos Santos Meira
Milton de Souza Assunção
Orestes de Oliveira Souza
José Cláudio de Lima Lopes
Representação na Fibra
Titular: **Antônio Eustáquio de Oliveira**
Suplente: **João Ferreira dos Santos**
Edição, reportagem e revisão:
Eduardo Soares - RP DF 02.283-JP
Editor Responsável
Ubirajara Alves Costa
CIP, impressão e acabamento:
Cidade Gráfica e Editora Ltda
Projeto gráfico:
Adegraf
Editoração/designer responsável:
Aline Pereira (Adegraf 2045)
Fotos:
Sérgio Almeida
Papel:
Couchê Fosco Tempo 150g/m
Verniz da Capa:
Etiqueta Auto Adesiva Ltda
Hot-stamping:
GH Comunicação Gráfica
Foto da Capa:
Denise Ricardo
Essa edição contou com a parceria da
Opus - Opções, Papéis e Soluções
Tiragem:
4.000 exemplares



Filiado à Federação das Indústrias do Distrito Federal
SIG Quadra 3, Bloco C, Lote 87
CEP 70 610-430, Brasília, DF
www.sindigrafdf.org.br
E-mail: sindig@terra.com.br
Telefone: (61) 3344-3733
Fax: (61) 3344-1475

Gráficas do DF terão Plano de Controle Ambiental

ASSINADO NO DIA 31 DE AGOSTO, O ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE PERMITIRÁ A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL (PCA) EM 31 EMPRESAS GRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL.

O acordo está sendo viabilizado em parceria com o Sebrae, responsável pelo aporte financeiro de 75% do investimento total, e prevê ações com o objetivo de prevenir e controlar impactos ambientais, como a emissão de efluentes líquidos e de resíduos sólidos. Outra medida prevista é a elaboração de um programa prévio de monitoramento e controle ambiental para identificar a melhor forma de mitigar os impactos causados pela operação de suas empresas e diminuir a pressão sobre os recursos naturais.

O Termo de Referência que servirá de base para o Plano de Controle Ambiental (PCA) da Indústria Gráfica do DF foi desenvolvido em parceria com o Ibram (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental) e o modelo ideal foi obtido após apurado levantamento de exemplos de normas estaduais, licenciamentos ambientais e outros termos de referência que qualificaram os resíduos liberados pela Indústria Gráfica do DF e classificaram os riscos ambientais.

De acordo com o presidente do Sindigraf-DF, Antônio Eustáquio de Oliveira, a criação de Plano de Controle Ambiental (PCA) para o segmento gráfico tem como propósito se adequar à Lei Federal nº 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e facilitar o processo de concessão e renovação de Alvará de Funcionamento. A medida também permitirá aos empresários do setor acesso a linhas de financiamento oferecidas pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). “Todo esse processo para elaboração do PCA foi iniciado pelo Sindigraf. Nós mobilizamos a Fibra com a finalidade de congregarmos os parceiros ideais para um projeto adequado à legislação vigente”, afirma. Ainda segundo o dirigente, a preocupação com o meio-ambiente é uma constante entre os empresários gráficos. “Estamos sempre buscando soluções e alternativas que visem a maximização dos impactos positivos ao meio ambiente.”

A celebração do contrato foi comemorada pelo diretor do Sebrae, José Carlos De Luca, que classificou como meritória a iniciativa. “Esse convênio vai adequar as empresas gráficas ao que preconiza a legislação ambiental. Essa é uma cobrança mundial”, disse.

De Luca fez ainda uma prestação de contas e comentou a parceria com o Sindigraf-DF. “Esse é um importante passo para o Sebrae e para o Sindigraf. Temos atuado em conjunto em vários projetos e é uma satisfação muito grande interagir com o Sindigraf nessa empreitada, que tem como foco trabalhar em favor da preservação do meio ambiente”, considerou.



Gustavo Souto Maior (pres Ibram/DF), Antônio Eustáquio de Oliveira (pres sindigraf-DF), Aluizio Vilela (Sebrae) e José Carlos De Luca (Sebrae)

Também presente à solenidade, o presidente do Ibram - DF, Gustavo Souto Maior, elogiou a iniciativa do Sindigraf-DF que, segundo ele, deve ter um efeito multiplicador. “Apoiamos essa ação do Sindigraf, que é muito bem-vinda e demonstra toda a importância e o interesse com que a entidade trata a questão ambiental. Todo o processo foi feito de forma civilizada e tecnicamente adequado. É algo que precisa servir de exemplo para todos os segmentos”.

Ele garantiu ainda que vai colocar toda a infra-estrutura do Ibram à disposição do Sindigraf. “Vamos tornar a Indústria Gráfica do DF, no aspecto de gerenciamento ambiental, um modelo para o Brasil”, disse.

CNI lidera manifesto contra redução da jornada de trabalho

Empresários do setor gráfico do DF participaram, no dia 25 de agosto, da manifestação promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) na Câmara dos Deputados contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, que prevê a redução para 40 horas semanais na jornada de trabalho sem redução de salário. A proposta também prevê aumento no valor da hora extra de trabalho dos atuais 50 % para 75 %.

Os empresários foram recebidos em audiência pelo presidente da Câmara, Michel Temer, antes do início dos debates. No encontro, o presidente da CNI, deputado Armando Monteiro (PTB-PE), entregou documento com a posição do setor industrial sobre os impactos da proposta constitucional.

Ao iniciar a reunião da Comissão Geral que debateu a jornada de trabalho, Michel Temer explicou que o objetivo do encontro era permitir “o debate de grandes temas nacionais”. O presidente da Câmara explicou: “Agora, trazemos ao debate este tema polêmico em que há posições divergentes. A Câmara dos Deputados será o filtro dessas discussões e desses argumentos.”

Em defesa da proposta, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, iniciou a exposição informando sobre aquilo que classificou de “alarmismo” quando se intensificou a crise financeira mundial. Lupi apresentou relação de países que reduziram as respectivas jornadas de trabalho.

Em seguida, Monteiro Neto mostrou argumentos que contradiziam os números de Lupi: “O Brasil não é uma economia autárquica”. Segundo o presidente da CNI, os números apresentados por Carlos Lupi não representam a adoção de jornadas legais. “E aqueles países que concorrem com o Brasil, como, por exemplo, a China e a Coreia do Sul, têm jornadas médias superiores”, disse Monteiro Neto. Segundo ele, os empresários não concordam em estabelecer a redução da jornada por força da lei. “Entendemos que isso pode se dar pela via da negociação. Além do mais, o Brasil é bastante heterogêneo e não seria solução nivelarmos as regiões”, enfatizou.

Segundo o parlamentar, o argumento de que reduzir a jornada de trabalho irá aumentar a contratação de pessoal não é verdadeiro. “Isso é uma falácia. A hipótese de que a redução induz a empresa a contratar



Acompanhado de empresários, o presidente do Sindigraf-DF, de terno claro, em primeiro plano, chega ao Congresso para apoiar o movimento da CNI contra a aprovação da PEC que reduz a jornada de trabalho

mais foi rejeitada de forma unânime por estudiosos do assunto. Não há evidências empíricas ou teóricas para comprovar essa hipótese”, disse. “É muito fácil prometer o céu e o paraíso, mas sabemos que não corresponde ao mundo real”, completou.

O presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário (Sindiveste-DF), Márcio Franca, que integra a Comissão de Relações Trabalhistas da CNI, lembrou que a aprovação da PEC trará implicações para as micro e pequenas empresas, encarecendo o custo da produção. Franca representou as micro e pequenas empresas no grupo de mobilização empresarial sob liderança da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade distribuiu cartilha com os argumentos que reforçam a posição empresarial das consequências que a proposta poderá causar à produção.

De acordo com Franca, trata-se de retrocesso se considerar os avanços estabelecidos pelo Congresso Nacional na Lei Geral das MPEs e no Empreendedor Individual.

A cada depoimento, as manifestações de empresários e trabalhadores mostraram o acirramento da discussão. Por várias ocasiões, o presidente da Câmara teve que interromper os discursos em função de aplausos e vaias que surgiam na plateia. Os empresários insistiam em permitir a livre negociação, os sindicalistas laborais com faixas e cartazes defendiam a proposta que se pretende estabelecer à Constituição brasileira.

Após cerca de quatro horas de debate, a reunião foi concluída com a certeza de que o embate irá continuar sem que haja acordo. Os trabalhadores, liderados pelas centrais sindicais, encontram-se irredutíveis e

os padrões apostam no consenso para que os danos tenham impactos menores na economia nacional. “O ideal é que se estabeleça um acordo”, avaliou o presidente da Fibra, Antônio Rocha, ao deixar a Câmara dos Deputados.

A PEC 231/95 já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela Comissão Especial que analisou o mérito da proposta. Ela ainda precisa ser aprovada em dois turnos de votação pela Câmara por, no mínimo, 308 votos favoráveis em cada votação. Depois, a proposta tem que ser encaminhada à deliberação do Senado e aprovada também em dois turnos de votação por, no mínimo, 49 votos favoráveis dos 81 senadores.

Apoio

Em comunicação encaminhada ao Sindigraf-DF, o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Antônio Rocha, agradeceu a participação dos empresários gráficos na manifestação e pediu ao presidente do Sindicato, Antônio Eustáquio de Oliveira continuidade no movimento de sensibilização da categoria e de articulação com parlamentares ligados ao segmento.

A mensagem diz ainda que é preocupante o impacto da aprovação da Proposta sobre micros e pequenas empresas, que não terão condições de absorver a elevação dos custos do trabalho. “O posicionamento da indústria é contrário à aprovação pelos motivos já expostos e, sobretudo, porque a redução da jornada de trabalho pela via da Constituição impõe uma medida igual para realidades diferentes que nós, empresários, conhecemos bem. Somos partidários, sim, de revisões que ajustem as distorções, mas para isso é necessária uma medida mais abrangente. Portanto, somos partidários da Reforma Trabalhista.”





NEXPRESS
Impressão Digital
Variável Colorida



DIGIMASTER
Impressão Digital
Variável P&B



Lançamento!

Chapa Kodak THERMAL DIRECT

A chapa térmica totalmente sem processo
Pode ser gravada em qualquer CtP Térmico
Sem resíduos químicos e com excelente tiragem

Consulte um especialista da KGP

62 3218-3003

www.kgpgraphics.com.br

Distrito Federal - Goiás - Tocantins

Chapas Violetas e Térmicas - Chapas Convencionais Positivas e Negativas - Filmes - Papéis Especiais - Tintas e Vernizes - Papéis de Prova - Blanquetas - Químicos



Confissões de um pecador

SOU UM PECADOR, CONFESSO. ADMITO TER FALHADO, INDO CONTRA OS PRECEITOS SAGRADOS PRECONIZADOS PELA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. EM MEUS PENSAMENTOS, INCORRI NO PECADO DA COBIÇA.

Fazia sol no domingo e ao parar em um posto para abastecer meu carro perguntei ao frentista o preço do combustível. A resposta veio com um leve sorriso e soou como uma bofetada. O que seria um questionamento normal tornou-se motivo de pensamentos raivosos. Fui um tolo, pensei. O preço, lógico, é o mesmo em todos os postos da cidade.

A constatação me deixou mais furioso ainda e minha cabeça começou a traçar um paralelo com o nosso segmento.

Como fazem muitos dos nossos clientes, imaginei ir a uma padaria e arriscar dizer que o preço do pãozinho está mais barato na concorrente! Situação inimaginável que reforça meu pensamento e demonstra como segmentos organizados conseguem estabelecer condutas uniformes e, principalmente, educar os consumidores ao ponto de não existir esse tipo de comportamento. Afinal, será que alguém pede desconto na padaria ou no posto de gasolina?

Nesse momento, o sentimento de cobiça deu lugar à frustração.

A condenação se resume a dias de auto-flagelo e de comiseração pública, tentando explicar aos clientes que não posso reduzir meu preço porque preciso pagar impostos, funcionários, investimentos, insumos etc.

A réplica me desmonta. “Mas como seu concorrente consegue?”. Sem ter como responder, balancei respostas esfarrapadas que não convencem mais.

Sei que a forma acartelada de atuar não é correta e infringe o princípio básico da livre concorrência. Mas sei também que a forma como estamos agindo resultará no fechamento de muitas de nossas empresas e no enfraquecimento do setor gráfico.

Os últimos anos têm sido difíceis por razão de todos os motivos que já alertamos em várias edições do Refile. Mas as dificuldades têm sido as mesmas para todos e precisamos, urgentemente,

buscar soluções que viabilizem os nossos empreendimentos e, por consequência, nosso sustento.

Sinceramente, não acredito em soluções milagrosas ou espécie alguma de colaboração dos governos federal ou local, como programas de incentivo ou redução de alíquotas.

Mas tenho a certeza que o primeiro passo para nossa retomada será com a conscientização e o respeito mútuo entre as empresas gráficas.

Não temos que aceitar as condições de nossos clientes e duelar com empresas de nosso segmento, reduzindo orçamentos a valores inexecutáveis, à título de “conquistar o cliente” ou com a desculpa de que dispunha de papel excedente ou algo que o valha.

Temos que dizer não a leilões de preços, ao canibalismo, à mutilação, e adotar práticas comerciais saudáveis que visem nossa sustentabilidade, que paguem os custos do processo produtivo e gerem lucro. Sim, lucro. Porque não? Estamos exercendo uma atividade, prestando um serviço, e como todos os outros visamos lucros. Ou as oficinas automotivas, por exemplo, cobram só as peças de reposição?



PRECISAMOS VALORIZAR O NOSSO TRABALHO E NOS ORGULHAR DE NOSSA ATIVIDADE. PASSAMOS À CONDIÇÃO DE COBIÇADOS OU REFERÊNCIA POR NOSSA ORGANIZAÇÃO, DISCIPLINA E ESPÍRITO DE UNIÃO.



Ubirajara Alves Costa

Vice-presidente de Comunicação e Marketing
Sindigraf-DF

Carta da Indústria do DF

Cerca de 70 empresários da indústria de transformação do DF reuniram-se no Fazenda Hotel Mestre D'armas, em Padre Bernardo (GO), nos dias 18, 19 e 20 de setembro, para participar do 3º Encontro Regional da Indústria (ERI). Promovido pela Federação das Indústrias do DF (Fibra), o evento, que acontece anualmente, teve como propósito discutir o posicionamento dos empresários frente às áreas temáticas que compõem a agenda de interesses do setor no País. A agenda, resultado de estudo da CNI, visa manter sempre em pauta as discussões sobre o desenvolvimento e a competitividade da indústria e engloba temas como: Política Econômica, Relações de Trabalho e Sindical, Economia Internacional, Inovação e Meio Ambiente.

Os debates contaram com a participação de consultores e acadêmicos especializados que abordaram as principais questões que envolvem a agenda.

Para tratar das Relações do Trabalho e Sindical, a Fibra levou ao encontro dos empresários o advogado especialista em Direito Material e Processual do Trabalho Sormany Demosthenes Póvoa Ribeiro. Na opinião do consultor, "é preciso superar alguns mitos do capital versus trabalho e, mais que isso, as empresas têm que investir em consultoria jurídica e contábil; recrutar pessoal qualificado; investir em ações de saúde, higiene; segurança do trabalho; treinamento e capacitação e lazer. Por outro lado, é necessário que se difunda que as conquistas do sistema produtivo é resultado de uma conquista social."

Na opinião do presidente da Fibra, Antônio Rocha, há uma inversão de valores nas relações do trabalho. Em muitos casos, um passivo trabalhista chega a custar para a empresa todo o seu patrimônio. Ele defende a realização, urgente, de uma ampla reforma no sistema trabalhista brasileiro. Para o ex-presidente da Fibra e empresário do segmento de TI, Antonio Fábio Ribeiro, o nome Consolidação das Leis do Trabalho é um equívoco. "A consolidação é das leis do emprego", concluiu ele ao endossar as palavras do presidente da Fibra.

Para o diretor-secretário da Fibra, Pedro Henrique Achar Verano, que coordenou o Encontro pela primeira vez, o saldo das discussões foi positivo. "Sem dúvida, teremos uma publicação com conteúdo que vai refletir com maior precisão o pensamento do industrial", diz. Segundo o empresário, o sucesso da iniciativa pode ser atribuído à sinergia de fatores fundamentais ao processo produtivo. "Reunimos o conhecimento técnico dos especialistas e a experiência do empresário quanto às dificuldades e gargalos que enfrentam no dia a dia, o que emperra a produção e o desenvolvimento da indústria."

No segundo dia de trabalho, os empresários foram divididos em grupos que contaram com representantes de cada um dos segmentos organizados da indústria. As propostas originadas dos seis grupos de trabalho foram apresentadas em plenária para todos os participantes. Referendado após nova discussão, o documento agora será compilado e transformado na Carta da Indústria do DF.



Antônio Rocha (pres. da Fibra), no centro da foto, com dirigentes do Sindigraf-DF.



Antônio Eustáquio de Oliveira (pres. do Sindigraf-DF) durante apresentação no ERI.

A Carta da Indústria do DF deverá ser publicada no final da primeira quinzena de outubro. Além de ser encaminhada à CNI, o documento servirá de subsídio para os empresários do DF que participarão do Encontro Nacional da Indústria (ENAI), realizado pela Confederação, em novembro próximo. Por fim, a Carta será também entregue ao Governo do Distrito Federal e Legislativo Local, de forma que o posicionamento da indústria chegue a todas as esferas que podem trabalhar em benefício do fortalecimento do setor.

O Raio-X da Indústria Gráfica

Em parceria com o Sebrae Nacional, a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) lançou no dia 26 de agosto, em Brasília, o Estudo Setorial da Indústria Gráfica no Brasil. Levantamento mais completo produzido no país sobre o segmento, o inédito trabalho traz informações detalhadas sobre o parque gráfico brasileiro, além de identificar os principais problemas que afetam o setor e de propor ações nas áreas de tributação, qualificação de pessoal, mercado e financiamentos.



O Estudo, apresentado a empresários gráficos do DF, subsidiará ações específicas para o segmento gráfico.



Alfried Karl Plöger (pres. Abigraf Nacional)

Na avaliação do presidente da Abigraf Nacional, Alfred Karl Plöger, o trabalho ratifica com precisão o porte e a pirâmide estrutural do parque gráfico brasileiro, elementos fundamentais para subsidiar o planejamento de empresas e do mercado. “O estudo estabelece um marco na história de nossa entidade e de nosso setor. Conhecendo de modo mais amplo e profundo a realidade de nossa indústria, poderemos trabalhar com o foco ainda mais correto em prol de seu avanço e fortalecimento”, afirmou.

Alfried Plöger também ressaltou que o momento não poderia ser mais oportuno. “O mundo gráfico, como todos os segmentos, vive profundas e rápidas mudanças, em resposta às novas demandas dos clientes, às exigências do mercado e às possibilidades infinitas abertas pela tecnologia. É um passo expressivo para o negócio da impressão no Brasil”, definiu.

Desenvolvido com o objetivo de construir indicadores relevantes para acompanhar o desenvolvimento econômico e mercadológico do setor, o relatório poderá, ainda, auxiliar na formatação de projetos e estratégias de apoio que visem dinamizar o setor e tornar as empresas gráficas mais competitivas. De acordo com Luis Carlos Barbosa, diretor técnico do Sebrae, as informações do estudo poderão subsidiar a formatação de um grande projeto estruturante, à altura dos desafios do setor gráfico brasileiro. “Até então faltavam dados para lastrear qualquer ação do Sebrae para a indústria gráfica”, afirmou.

Perfil - Para realizar o estudo, os pesquisadores ouviram 8.278 das 20.295 unidades gráficas existentes no Brasil. Desse total, 98,2% são gráficas comerciais. As religiosas representam 0,7%; as sindicais, 0,6%; e as do setor público-oficial, 0,5%. As micro e pequenas empresas representam 88,7% do universo pesquisado.

Segundo o levantamento, que traz dados de 2006, 2007 e 2008, o setor gráfico é responsável por mais de 315 mil empregos, diretos e indiretos. O faturamento em 2008 alcançou a cifra de R\$ 23,1 bilhões e a operação dessas empresas absorveu ainda cerca de 6,52 milhões de toneladas de papel. O investimento na modernização e ampliação do parque produtivo foi R\$ 1,6 bilhão, valor que representa 7% do faturamento total do setor em 2008.

O parque gráfico nacional é composto por 71 mil máquinas de impressão, com idade média em torno de cinco anos. Na área de acabamento e beneficiamento conta com mais de 61 mil máquinas, cuja média é de sete anos. Em 2008, os clientes diretos foram responsáveis por 82% das receitas obtidas, destacando-se entre eles, as empresas industriais (35%) e o comércio varejista (26%). Jornais, livros, revistas, apostilas e manuais constituíram a principal fonte das receitas na área de impressão, correspondendo a 31% do total do faturamento do setor, no ano passado.

O estudo estima que a participação da indústria gráfica se aproxime de 1,5% do faturamento total da indústria de transformação nacional. Comparada com a mão de obra empregada por esse segmento industrial, ela alcança percentual próximo a 2,8%.

Concorrência - O Estudo identificou que a concorrência praticada por gráficas informais é o principal problema para 22,4% das empresas pesquisadas. Em seguida, para 18,9% das gráficas, vem a dificuldade para a quitação dos impostos que oneram o setor. A escassez de mão de obra qualificada é o principal problema para 15,5% das gráficas, enquanto os aumentos de preços dos insumos constituem a principal preocupação para 11,4%.

Em menor escala, outros problemas apontados foram: inadimplência dos clientes, dificuldade para manutenção dos equipamentos, endividamento, ações trabalhistas, legislação ambiental e produtos defeituosos.

Wanderley Alves, da Athalaia Gráfica, concorda com o estudo nesse ponto. Segundo o empresário, a informalidade é um dos grandes problemas da indústria gráfica do DF. “Vemos todos os dias orçamentos que são impraticáveis, inexecutáveis. É uma concorrência ilegal e injusta”, desabafa. Ainda segundo ele, o conjunto desses fatores está deteriorando o mercado. “Sofremos também com a falta de demanda contínua do governo federal e com o aumento de máquinas, que resultam no aumento da ociosidade. Tivemos que implementar várias ações para manter a competitividade e nos adaptarmos ao mercado local que, na minha opinião, ainda vai continuar piorando”, analisa.

DF - A cobertura da amostra no Distrito Federal foi de 4,3%. O capítulo destinado à região centro-oeste revelou que o número de empresas no DF subiu de 351, em 2005, para 402, em 2007. Goiás lidera a estatísticas na região com 576 empresas.

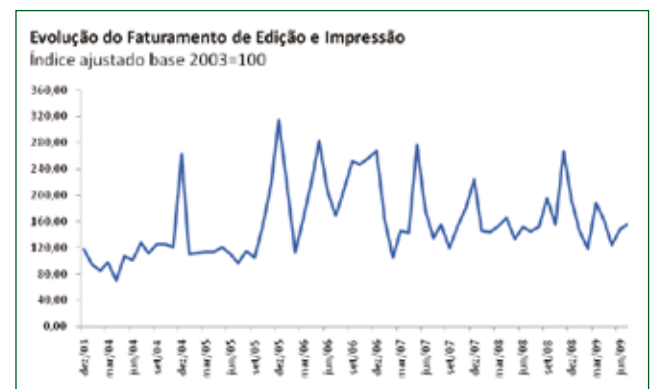
Quanto ao faturamento, o estudo aponta um aumento na receita de 18,3%, no DF, no período de 2006 a 2008, quando ultrapassou a marca de R\$ 660 milhões. Ainda de acordo com o levantamento, o nível de utilização da capacidade instalada na região é o menor do país, chegando a 70,4%. Contrariando a tendência regional, o índice no DF subiu de 73,6%, em 2006, para 76% em 2007, e 78,1%, em 2008.

2009 - De acordo com a Pesquisa Indicadores de Desempenho da Indústria do DF, realizada pela Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) e divulgada no final de agosto, o setor de Edição e Impressão apresenta tendência de queda em tópicos como faturamento e nível de utilização da capacidade instalada. “A nossa realidade aponta uma tendência pessimista. A situação piorou muito no último ano. A ociosidade aumentou e a perspectiva é de que a situação fique ainda mais complicada”, afirma Luciano Araújo, da Gráfica Esperança. De acordo com o empresário, os trabalhos sumiram e alguns insumos sofreram alta de até 100%. “Quem tinha contrato teve que arcar com o prejuízo”, diz.

O Estudo revela que a Indústria Gráfica do DF apresentou, mais uma vez, queda no faturamento, registrando no primeiro semestre de 2009 um recuo de 0,59% no faturamento em comparação ao mesmo período de 2008.

Na avaliação do presidente do Sindigraf-DF, Antônio Eustáquio de Oliveira, o resultado da pesquisa reflete o atual cenário de recessão da Indústria Gráfica no DF. “O índice de faturamento é o principal termômetro do desempenho da atividade industrial e demonstra claramente a nossa situação. Nossas máquinas estão paradas e o nível de utilização da nossa capacidade instalada atingiu níveis preocupantes”, afirma.

Em Nota técnica, a Fibra avalia que o primeiro semestre de 2009 do segmento gráfico, “sinalizou um quadro de expansão moderada, após um ciclo de forte ajuste produtivo, ocasionado pela incidência de fatores sazonais como, por exemplo, feriados e férias coletivas dos funcionários públicos. Cumpre destacar que, excepcionalmente neste ano, essa sazonalidade foi agravada pelos efeitos da crise financeira internacional.”



O estudo mostra também que, mesmo com a queda no faturamento, as empresas gráficas mantiveram os postos de trabalho e que, por enquanto, não efetuaram demissões no setor.



Outro dado preocupante apresentado no estudo é o nível de utilização da capacidade instalada. Segundo a

Nota Técnica, “entre janeiro e junho de 2009, o índice médio de utilização da capacidade instalada do setor alcançou 50,1%, taxa bem abaixo da média da indústria (63,9%).”

No gráfico abaixo, é possível perceber uma forte redução no nível de utilização da capacidade instalada do setor em janeiro de 2009.



Brasil - A balança comercial da indústria gráfica brasileira fechou o primeiro semestre de 2009 com queda de US\$ 7,73 milhões. No mesmo período no ano passado, o déficit registrado foi de US\$ 27,24 mi.

No entanto, o mercado gráfico se movimentou menos em relação ao primeiro semestre de 2008. Foram gerados US\$ 111,74 milhões em exportações — cerca de US\$ 40 milhões a menos que no ano passado. Já as importações caíram para US\$ 119,47 milhões, queda de aproximadamente 33%. As informações são do Departamento de Estudos Econômicos (Decon) da Abigraf, com base em dados da Secretaria do Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Os segmentos que mais movimentaram o mercado de exportação foram: embalagens (35%), cadernos (18%), cartões impressos (16%), produtos editoriais (14%), impressos promocionais (9%) e etiquetas (5%). No âmbito das importações, os segmentos responsáveis pelo maior ingresso de produtos impressos foram: produtos editoriais (38%), cartões impressos (20%), embalagens (19%), impressos promocionais (13%), etiquetas (5%) e cadernos (1%).

Os principais destinos das exportações continuam sendo os EUA com 27% dos produtos, seguido pela Argentina (12%), Venezuela (9%), Portugal (5%), Paraguai e Gana (4% cada). As importações foram dominadas pela China, com 16% do mercado, logo atrás vem EUA (15%), Espanha (10%) e Reino Unido (8%).

Papel Ondulado - O setor do papel ondulado apresentou, no primeiro semestre deste ano, queda de 7% no volume de vendas em comparação com o

mesmo período de 2008. Pouco mais de 1 milhão de toneladas foram comercializadas até o momento, contra 1,132 milhão em igual período do ano passado. O mês de junho até apresentou melhora na comparação com maio, mas registrou queda de 5,28% no comparativo com o mesmo mês do ano passado. Os dados são da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO).



CONSIDERADO UM TERMÔMETRO PARA DIVERSAS CADEIAS PRODUTIVAS, O PAPELÃO ONDULADO É UTILIZADO PRINCIPALMENTE NA INDÚSTRIA DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS, ABRANGENDO DE PRODUTOS DE MERCEARIA DE ALTO GIRO ATÉ ELETRODOMÉSTICOS DA LINHA BRANCA.



O pior cenário registrado pelo setor foi na crise de 2003, quando amargou queda de 12,3%.

Indicadores Econômicos

Salário Mínimo	
Janeiro/09	R\$ 415,00
Agosto/09	R\$ 465,00
Salário Normativo	
Julho/08	R\$ 622,50

	Índices 2009			
	INPC/IBGE	INCC/FGV	IGPM/FGV	IPCA/IBGE
Jan	0,64	0,33	-0,44	0,48
Fev	0,31	0,27	0,26	0,55
Mar	0,20	-0,25	-0,74	0,20
Abr	0,55	-0,44	-0,15	0,48
Mai	0,61	1,39	-0,07	0,47
Jun	0,42	0,70	-0,10	0,36
Jul	0,23	0,26	-0,43	0,24
Ago	0,08	-0,05	-0,36	0,15
No Ano	3,07	2,63	-2,02	2,97
12 Meses	4,44	5,10	-0,71	4,36

Valores em %

Exigências indevidas em editais de licitação



Londoño & Gianelo
Advogados –
Especialistas em
licitações públicas e
contratos administrativos
www.advocaciaLG.com.br

O edital, no sistema jurídico vigente, é um instrumento que serve para apresentar um conjunto de normas que disciplinam o procedimento licitatório, com vistas a definir o objeto da licitação, discriminar os direitos e obrigações dos participantes e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.

Mas tal instrumento não pode servir para veicular regras que ofendam a Constituição, os atos normativos vigentes e os princípios que servem de fundamento para a atuação administrativa.

Como destaques de abusos pode-se citar:

1. “A obrigatoriedade de registro do Balanço Patrimonial da empresa licitante não se coaduna com os preceitos normativos civilistas, tornando incabível o ato de inabilitação correlato, uma vez que fundamentado por exigência não prevista em lei.” (TJDFT, 20080111334066/RMO).

2. Entendeu o STF: “Não tem pertinência com a garantia do cumprimento do contrato objeto da licitação no âmbito estadual a exigência de declaração expedida por repartição federal relativa à segurança e à saúde do trabalhador. A exigência assim feita viola o art. 37, XXI, da Constituição Federal.” (RE 210721).

3. A “exigência para a habilitação de ‘selo de responsabilidade social’, fornecido pela Prefeitura ... configuraria inclusão no edital de cláusula restritiva ao caráter competitivo da licitação e afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal”. (TCU, AC-2197-43/07-P).

4. “Atribuição de pontuação para licitantes que possuem, já na abertura da licitação, determinado quadro de pessoal com técnicos certificados e qualificados revela indevida exigência em momento anterior à contratação, que, ademais, não assegura qualidade na prestação dos serviços.” (TCU, AC-0362-09/07-P).

5. O TRF/3ª Região (SP) julgou inválida a exigência de atestados emitidos “nos últimos 12 meses” como foi estabelecido no edital, pois que estaria “limitando a competição apenas a um grupo restrito de empresas, afrontando a norma jurídica” (AMS 131327).

6. O STJ acreditou ser abusiva a exigência que, em certo edital, determinava que as licitantes demonstrassem patrimônio líquido, considerando-se, para tanto, um percentual aplicado sobre o valor do contrato incluindo as possíveis prorrogações. A prorrogação pode ou não ocorrer, o que torna irrazoável tal exigência editalícia. (REsp 474.781).

7. “Afigura-se ilegítima a exigência da apresentação de certidões comprobatórias de regularidade fiscal quando não são fornecidas, do modo como requerido pelo edital, pelo município de domicílio do licitante.” (STJ, REsp 974.854).

8. “Exigência de que somente poderão participar da Concorrência ... as empresas devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no SICAF contraria as disposições do art. 22, § 1º, da Lei 8.666/1993, que define concorrência como a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.” (TCU, Acórdão 1735/2009-P).

9. “A exigência da apresentação da CTPS, como forma exclusiva para esta comprovação (vínculo empregatício), configura formalidade excessiva, principalmente por ter sido suprimida através da apresentação da ficha de registro do trabalhador na empresa, documento obrigatório e idôneo, nos termos do art. 41 da CLT.” (TRF/3ª/R, AMS 279584).

10. “É inconstitucional o preceito, segundo o qual, na análise de licitações, serão considerados, para averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens os valores relativos aos impostos pagos à Fazenda Pública daquele Estado-membro. Afronta ao princípio da isonomia, igualdade entre todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.” (STF, ADI 3.070/RN).

Por tudo quanto consta acima é que se recomenda que as empresas interessadas em participar dos certames licitatórios atentem para a necessidade de uma análise profunda e minuciosa das regras editalícias, a fim de não se verem eliminadas por abusos praticados pela Administração Pública (resalvando-se os honrosos casos de órgãos responsáveis e cumpridores da lei).

tempo

Um papel couché fosco revolucionário com secagem tão rápida, que o trabalho pode até ser entregue no mesmo dia!

- Reimpressão em 15 minutos;
- Acabamento em 30 minutos;
- Redução de 50% de pó antimaculante;
- Elimina a necessidade de verniz protetor;
- Excelente resistência ao atrito;
- Baixo brilho e alta lisura;
- Excelente qualidade de impressão;
- Entregas mais rápidas aos clientes;
- Maior flexibilidade no planejamento da produção;
- Gramaturas a partir de 100 até 300 g/m².

A OPUS já dispõe deste lançamento!
Entregas imediatas para todo o Brasil.

Esta edição do Refile foi impressa em couché Tempo 150 g/m².

Couché **tempo** exclusividade **opus**

Conheça também: **magno**

SOMERSET

Galerie



tempo É D



DINHEIRO!

Os benefícios reais que **tempo** oferece:

ECONOMIA:

- Elimina o uso de verniz para acelerar a secagem;
- Redução do tempo de espera entre trabalhos;
- Redução no uso de pó antimaculante;
- Menos lavagem da máquina;
- Menor contaminação;
- Menos desgaste da máquina e das blanquetas.

GANHOS:

- Maior velocidade na impressão;
- Produção mais rápida e simples;
- Melhoria no fluxo de trabalho;
- Maior produtividade e eficiência de custo;
- Performance sem precedentes em impressão plana.

O QUE ERA IMPOSSÍVEL, AGORA É POSSÍVEL.

opus

Opções, Papéis e Soluções

Seu distribuidor **sappi** Brasil

Rua da Consolação, 3.367 • 01416-001 • São Paulo • SP
Tel.: 11-3061.0888 • Fax.: 11-3061.0774
e-mail: opus@opuspapeis.com.br • www.opuspapeis.com.br

Representante em GO, DF, TO e MG:
Rimlla Representações Ltda. • 62-8131.4000

A péssima impressão das gráficas no setor público

FALCATRUAS NA GRÁFICA DO SENADO EVIDENCIAM EQUÍVOCO DE MANTER OFICINAS PRÓPRIAS DE IMPRESSÃO EM ORGANISMOS DO SETOR PÚBLICO

As graves denúncias relativas à gráfica do Senado, eclodidas em meio ao insidioso e vasto rol de irregularidades agora escancarado nessa casa do Legislativo, não são propriamente uma novidade. Um rápido exercício de memória é suficiente para constatar que, desde sua criação em 1964, a unidade, oficialmente identificada pelo pomposo nome de Secretaria Especial de Editoração e Publicação, tem protagonizado uma série de escândalos. Tornou-se, paulatinamente, foco de ineficiência, superposição de cargos e funções, nepotismo, má administração e realização de trabalhos ilegais, inclusive de cunho político-eleitoral. Problemas semelhantes, mesmo quando não permeados por irregularidades, verificam-se invariavelmente em outras gráficas instaladas nos organismos públicos. Ademais, sua existência é desnecessária e anacrônica, pois serviços de impressão, de vocação eminentemente privada, podem ser contratados pelo Estado, por meio de legítima concorrência, a custos muito inferiores ao da manutenção de estrutura própria.

Além de agravarem o custeio das máquinas administrativas e serem caldo de cultura para a corrupção (pois é sempre forte o impulso dos oportunistas de utilizar o inegável poder de comunicação dos impressos para fins pessoais e políticos), as gráficas estatais praticam desleal e predatória concorrência contra as do setor privado. Sejam municipais, estaduais ou federais, não enfrentam, por exemplo, as mesmas dificuldades de financiamento. Há casos, inclusive, de outras vantagens competitivas, como isenções de determinados tributos e taxas. Também existem casos de indistintável estratégia de reserva de mercado. É o que suscitam, por exemplo, os artigos 1º e 2º do decreto n.º 46.064, de 28 de agosto de 2001, do então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Em síntese, estabelecem o seguinte: todos os órgãos da administração direta e indireta do governo paulista devem cotar pelo menos três gráficas privadas quando precisarem de serviços de impressão. Depois de conhecer as condições apresentadas pelas empresas consultadas, a Imesp (Imprensa Oficial do Estado de São Paulo) tem a prerrogativa de oferecer preço, prazo e alternativas de papel e acabamento. Ao fazê-lo, o órgão contratante está dispensado da licitação... Ora!

O mais grave é que oficinas instaladas em sindicatos, instituições religiosas e organizações sem fins lucrativos somam-se às estatais, participando de modo indevido de um mercado no qual as empresas privadas pagam elevados impostos, encargos trabalhistas onerosos e uma

das mais altas taxas de juro do Planeta para investir periodicamente em processos, máquinas e equipamentos. Sem a permanente atualização, essa indústria perde de maneira muito rápida a competitividade, pois os avanços tecnológicos são cada vez mais velozes e sofisticados. Os problemas causados pelas gráficas estatais à sociedade e ao mercado, agora mais uma vez evidenciados pelos escândalos na unidade do Senado, são ainda mais graves se considerada a importância dos impressos na comunicação, disseminação do conhecimento e liberdade de imprensa e expressão. Não se trata de serviço a ser tutelado pelo Estado! Tanto assim, que uma das medidas marcantes do início da abertura política nos anos 80 foi o decreto promulgado, em 26 de janeiro de 1982, pelo então presidente da República, João Figueiredo, que proibia a criação de unidades orgânicas de artes gráficas na administração federal direta e indireta, bem como nas fundações instituídas ou mantidas pela União. Esses organismos, contudo, parecem ter sete vidas, ressuscitando ao léu dos interesses de políticos, partidos e governos.

Há, entretanto, bons e bem-sucedidos exemplos. Em Goiás, no início desta década, e em Santa Catarina e no Ceará, nos anos 90, as respectivas impressas estatais passaram a imprimir somente o Diário Oficial, deixando de ceifar mercado e empregos da iniciativa privada. É compreensível, embora repulsivo, que governos de exceção ou com tendência ao caudilhismo busquem controlar a comunicação e suas mídias e interferir no mercado privado. Triste exemplo ocorre na Venezuela, com o arbitrário fechamento de emissoras de rádio e televisão. Nas democracias, porém, é inconcebível! O parque impressor brasileiro, composto por 20 mil empresas, empregadoras de 200 mil trabalhadores e responsáveis por mais de 3% do PIB industrial do País, repudia as irregularidades na gráfica do Senado. Nessa atividade, permite-se apenas sujar as mãos de tinta, mas jamais manchar a ética e os preceitos da probidade. São cruciais a rigorosa investigação das denúncias e a exemplar punição dos responsáveis por contratações, nomeações e gratificações indevidas. Também é importante que o episódio demonstre de maneira cabal que gráfica no Estado sempre é objeto de péssima impressão.

Alfried Karl Plöger
Presidente da Abigraf Nacional (Associação Brasileira da Indústria Gráfica) e Vice-presidente da Abrasca (Associação Brasileira de Companhias Abertas)

Presente e Passado

"...CIÊNCIA, EM LUGAR DE EMPIRISMO; HARMONIA, EM VEZ DE DISCÓRDIA; COOPERAÇÃO, NÃO INDIVIDUALISMO; RENDIMENTO MÁXIMO, EM LUGAR DE PRODUÇÃO REDUZIDA; DESENVOLVIMENTO DE CADA HOMEM, NO SENTIDO DE ALCANÇAR MAIOR EFICIÊNCIA E PROSPERIDADE." (F.W.TAYLOR)

Costumamos dizer que um novo Brasil nasce a cada dia. E novas etapas vão sendo vencidas no

caminho que o leva a participar do clube dos países desenvolvidos. São notórios os benefícios que a globalização nos proporcionou – nas comunicações, nas ciências, nos setores industriais...

Entre tantos setores que contribuem para que esse estágio fosse alcançado, a indústria gráfica brasileira tem sua parcela de contribuição.

No refile nº 11/1993, abordei o assunto do *lead* acima por estar sempre atual. Neste quesito, nós da indústria gráfica brasiliense pouco temos avançado, apesar das facilidades que hoje temos. Por isto, resolvi reviver e abordar novamente este quadro.

Naquela época, disse:

"Saímos do período artesanal, passamos pelo período pré-industrial e fomos obrigados a entrar, de forma acelerada, no período industrial, com a importação de equipamentos modernos, quando outros setores vitais como siderurgia, mecânica, indústria automobilística já estavam em pleno desenvolvimento. Hoje temos, no Sul do País, um parque gráfico dos mais importantes da América do Sul."

Questionei, também:

"E o nosso parque gráfico brasiliense? Nós nos modernizamos em termos de equipamentos, mas esquecemos de que, além do maquinário, também precisávamos estar preparados para produzir bem".

Aqui e agora pergunto: estamos?

Sinto que continuamos a ter enorme problema nas mãos.

Por quê? Porque adquirimos maquinário ao longo dos anos, isto é, nos modernizamos em termos de equipamentos, mas não estabelecemos objetivos em administração, controle de qualidade e, primordialmente, na formação, treinamento e reciclagem de mão-de-obra.

Não temos qualquer tipo de planejamento no

aperfeiçoamento do *homem* que vai operar os nossos moderníssimos equipamentos. Vivemos sempre no imediatismo.

E mais: tal como Taylor - que no século passado trouxe grande contribuição à administração das empresas, com a sua famosa Administração Científica, dentre muitas – outra máxima permanece válida desde aquela época: *"A procura de homens eficientes"*

O que, equivocadamente, todos temos procurado é o homem já formado; o homem que outros prepararam.

Só entraremos no caminho da eficiência quando compreendermos completamente que a nossa obrigação, assim como o nosso interesse, está em cooperar sistematicamente no treinamento e na formação das pessoas, em vez de tirar de outros os homens que eles prepararam...

Vamos nos reciclar. Vamos estabelecer metas. Metas são estabelecidas sempre com base em fatos e dados. Esta nossa deficiência é um fato. Dados serão os recursos necessários que utilizaremos para atingir cada nível da meta.

Estamos vivendo, no presente, com altos recursos tecnológicos. Mas estamos também no passado, com a mão-de-obra despreparada para gerir os nossos equipamentos.

Precisamos nos conscientizar de que a empresa pode ser continuamente melhorada, de que não existe o fim no processo de melhorias; e que esta é uma responsabilidade social, necessária, total e indelegável da administração das empresas.

É puramente uma decisão empresarial.

Uelton Pereira
Diretor da Gráfica Charbel

De olho no Lucro da sua Gráfica

Tenho visto uma série de gráficos se queixarem de que não conseguem ter a lucratividade desejada, principalmente nos dias atuais onde a famosa "crise" está abalando o mercado. Será mesmo que esta crise não está só na cabeça do gráfico? Será que ele não consegue enxergar o que tem de errado em sua empresa e com isso, fica "correndo atrás do próprio rabo?"

Muitos empresários gráficos entraram no ramo por necessidade, ou por que herdaram a empresa, ou ainda por não saberem o que fazer e um dos familiares os convidaram para se associar. Outros ainda acharam "bonito" ter uma gráfica, sem ao menos pensar, se tem aptidão para o negócio. Fernando (vamos chamá-lo assim) perdeu repentinamente o pai num acidente e partiu dessa tragédia, Fernando, que era o filho mais velho, teve de se responsabilizar pelo sustento da família. O que poderia ter sido um fracasso para muitos, serviu de estímulo para ele, que continuou tocando a pequena tipografia do pai, porém não deixou os estudos. Formou-se em administração e resolveu arregaçar as mangas para modernizar a gráfica. Lembrou-se do que ouviu na faculdade com relação aos mandamentos da lucratividade. Primeiro: Tenho em mãos uma empresa cuja finalidade é gerar lucro e não produzir impressos bonitos ou atender as necessidades do cliente. Segundo: Crescer com qualidade e rentabilidade. Com essas metas, Fernando passou a pensar em como atender seus clientes de forma personalizada.

Alguns mandamentos da lucratividade dizem o seguinte: qualifique a sua venda dando prioridade ao impresso que vende; quem será o profissional que vende; qual o volume necessário de vendas para cobrir meus custos fixos; quem irá cuidar das vendas e, finalmente ter todos os custos corretamente em mãos, elaborando o seu pré-cálculo, para que sobre dinheiro para reinvestir na empresa e para a retirada dos sócios, sem sangrar a gráfica. Não adianta só vender, você tem de qualificar as vendas, e na verdade a qualificação passa por esses quesitos acima

citados. Eu posso ter dois vendedores atendendo o mesmo número de clientes e um vender muito mais impressos do que o outro, porém com margens diferenciadas. Isso faz uma diferença tremenda. As vendas precisam ter um constante cuidado no dia-a-dia, e uma análise a cada semana. Por isso quem cuida das vendas é fundamental dentro do processo.

Encaro meus concorrentes com respeito, diz Fernando, pois na verdade a concorrência está mais ligada a um controle interno da empresa, sobre o que você é e o que você representa, quando você se cuida, se aprimora, evolui e se preocupa com os seus clientes. Fernando sempre acreditou que as pessoas têm mais preocupação com a concorrência quando falham em algum setor em que o concorrente pode dominar. Mas para ele, a preocupação maior deve ser com a própria gráfica e com aquilo que acontece dentro dela, mais do que com o concorrente.

UM DOS MANDAMENTOS DA LUCRATIVIDADE, DIZ QUE SE DEVE VENDER AOS MENORES PREÇOS POSSÍVEIS, NÃO VENDER MAIS BARATO. O CONCEITO DE RESPEITO AOS CLIENTES VAI ALÉM DO RELACIONAMENTO E DO PREÇO QUE VOCÊ COBRA.

Um dos mandamentos da lucratividade, diz que se deve vender aos menores preços possíveis, não vender mais barato. O conceito de respeito aos clientes vai além do relacionamento e do preço que você cobra. Quando você tem em mente a solução de todos os problemas de seu cliente, desde a criação dos impressos, até a logística de distribuição aos clientes de

seu cliente, você consegue levar vantagem sobre seus concorrentes. O que você oferece são vantagens e é aí que ganha dinheiro."Fernando diz que não é indo atrás do lucro que vamos conquistá-lo e sim indo atrás das pessoas (nossos clientes), daquilo que elas querem, do que mais necessitam e procuram. Lucro não é prioridade e sim consequência. Prioridade é servir os seus clientes".

Determine suas metas. No início de cada ano, faço um balanço do que deixei de fazer no ano que passou e anoto na última página de minha agenda quais são minhas metas, meus objetivos para aquele ano. Tenho as metas comerciais, as pessoais, as metas da empresa e as metas de caráter familiar, diz Fernando. Isso é o que o motiva no trabalho do ano todo, sendo a força da mente que

trabalha incansavelmente na realização dos seus desejos e que surpreende você de uma maneira positiva.

A visão do lucro sempre existiu. Afinal quando você não tem o lucro, não tem futuro, porque o futuro da pessoa, a avaliação de um profissional é pelo lucro que ele traz para a gráfica, a lucratividade é que dá o futuro da empresa.

Quando sua gráfica não tem o lucro, não consegue pagar bons salários, não consegue, portanto ter pessoal de qualificado para exercer as funções pertinentes a cada departamento seja de Orçamento, PCP, Vendas, setores operacionais que demandam novas tecnologias e, portanto, não consegue crescer. O lucro, na verdade, embora necessário, não é o objetivo final, não é o foco. Os focos são as pessoas, nossos colaboradores internos e externos, é o cliente. Aí então o lucro aparece de surpresa para você “.

O treinamento é muito importante para

alcançar tudo isso que foi comentado acima, porque sem treinamento quebramos todo um conceito de como alcançar o lucro. Treinamento seu (o dono da gráfica) e, do pessoal a você subordinado o aprimoramento técnico e administrativo, a manutenção daquilo que você como empresário gráfico escolheu como meta, é fundamental. Para isso temos as entidades de classe (Sindigraf's e Abigraf's) que proporcionam uma série de treinamentos em diversas áreas, tanto técnicas como administrativas.

O SENAI e a ABTG são principalmente, ótimas opções para alavancar o conhecimento do setor gráfico. Com o treinamento você tem o comprometimento principal do atendimento ao cliente, que é o mandamento e o mais importante de todos.

Muitas vezes, nós não temos problema com qualidade de impressão e acabamento ou mesmo de preço. Temos isto sim, o problema de atendimento, principalmente com o item que se chama PRAZO”.



A MAIORIA DOS GRÁFICOS TEM DIFICULDADE DE CONQUISTAR A LUCRATIVIDADE, PORQUE PENSA QUE SEJA UMA COISA SOMENTE FINANCEIRA, QUANDO NA VERDADE É UM CONJUNTO DE FATORES COMO, POR EXEMPLO, DESPERDÍCIO, FALTA DE PLANEJAMENTO, FALTA DA NOÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDAS, NÃO OBSERVAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS EM TODAS AS FASES DO TRABALHO NA GRÁFICA, QUE PODE SER IMPLANTADO, ATRAVÉS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E GESTÃO.



Na realidade o que nos falta muitas vezes, é um conselheiro, um “coach” que possa nos orientar para agirmos de forma acertada, sem muitos tropeços. Por vezes, conforme falamos no artigo do mês anterior, o problema está mais na esfera familiar. Certamente um consultor de empresas que entenda do ramo gráfico, poderá ajudá-lo a alcançar a tão sonhada meta da lucratividade, alcançada pelo nosso amigo gráfico Fernando. Boa Sorte!

Thomaz Caspary

100%

DOS IMPRESSOS EM PAPEL
FABRICADO NO

BRASIL

PROVÊM DE FLORESTAS
PLANTADAS



Semestre de parcelamentos fiscais



Henrique de Mello Franco

Chefe do Núcleo de Direito Tributário da Silva e Castro Advogados
www.silvaecastro.adv.br

O PRESENTE SEGUNDO SEMESTRE DE 2009 É MUITO IMPORTANTE PARA TODOS OS CONTRIBUINTES COM ATIVIDADES NO DF E COM DÍVIDAS FISCAIS. ISTO POR QUATRO FATOS RELEVANTES:

O primeiro fato, como todos já sabem, é o Refis 04, também chamado "Refis da Crise" e criado pelo deputado federal Tadeu Filippelli. O benefício prevê perdão de juros, de multas e parcelamento por até 15 anos.

O problema do Refis 04 é que seu regulamento, publicado no final de julho, trouxe inovações e limitações ilegais. A "portaria regulamentadora" fixou regras que contrariam literalmente a lei. Dentre estas "inovações" está o impedimento de inclusão de dívidas originárias do Simples Nacional, também chamado de Super Simples. Outra "invenção", foi a proibição dos contribuintes amortizarem suas dívidas de Refis 04 mediante créditos de impostos que foram pagos a maior no passado.

No entanto, o maior problema prático na adesão ao Refis 04, aberta de 17.08 até 30.11.2009, está na impossibilidade técnica do contribuinte efetivamente selecionar os débitos que parcelará e aqueles em que manterá o não-pagamento, por estes últimos serem indevidos. A lei do Refis 04 (11.941) é clara ao permitir que o interessado entre com todos ou apenas alguns de seus débitos. Esta é uma livre escolha do contribuinte. Contudo, o "programa eletrônico" para adesão não está, até o momento, permitindo esta segregação de maneira adequada. Os empresários estão, indevidamente, sendo pressionados a optar entre "tudo ou nada".

Os problemas do Refis 04 terão soluções nas próximas semanas. Em especial a partir do segundo tema de importância tributária no presente semestre; a Nova Lei do Mandado de Segurança Coletivo.

Como muitos sabem, o Mandado de Segurança é um procedimento judicial ágil para garantir direitos dos particulares contra abusos do Estado. O processo

pode ser individual ou coletivo. No segundo caso, é apresentado por uma entidade e beneficia todos os seus filiados de uma só vez.

No início de agosto foi publicada a Nova Lei do Mandado de Segurança Coletivo. Ela fixou melhor os procedimentos deste instituto, dando-lhe mais importância. Em especial, confirmando que ele é meio adequado e prático para, em favor de todo um grupo, suprimir abusos. Dentre estes, aqueles acima mencionados do Refis 04.

O terceiro tópico fiscal de interesse neste semestre é a reabertura para adesão ao Refaz 03. Como muitos se lembram, na linha do Refaz 01 e Refaz 02, o Refaz 03 foi lançado pelo DF no final de 2008. Ele permitia amplos perdões de dívidas distritais quanto à juros e multa, desde que os devedores quitassem ou parcelassem os débitos.

Em seu primeiro lançamento, o Refaz 03 teve pouca adesão. Agora o prazo foi reaberto. As novas datas ainda serão definidas em regulamento, mas deverão se estender até o final do ano.

Da mesma maneira que no Refis 04 (federal), o Refaz 03 (distrital) também possui problemas que deverão ser resolvidos por medidas judiciais pelos próprios contribuintes. De preferência, processos coletivos que beneficiem os membros de cada entidade de classe.

Por fim, o quarto fato de relevância fiscal neste semestre é a consolidação e pleno funcionamento da ASDECONT – DF - Associação de Defesa dos Contribuintes do DF. A entidade foi criada justamente pelas negativas experiências de empresários, profissionais liberais e advogados tributaristas no enfrentamento de dificuldades como as relatadas acima. A instituição dará o que falar.

NOVA SEDE



Gerd Finkbeiner - CEO mundial da manroland AG

Crédito: Divulgação

Líder no mercado mundial de rotativas offset e segundo maior fabricante do mundo de máquinas de impressão offset-plana, a Manroland AG acaba de estabelecer sede própria no Brasil.

De olho nos mercados emergentes e procurando alternativas ao já muito bem equipado mercado europeu, a multinacional – que faturou 53 milhões de euros em 2008 - chega com intuito de firmar-se na América Latina. O Brasil dividirá com o México a responsabilidade pela região, ficando sobre a sua chancela os negócios envolvendo Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

O evento de inauguração do escritório foi realizado em São Paulo, no dia 23 de julho. Na oportunidade, representantes da empresa reafirmaram a intenção de trazer excelência ao atendimento aos seus clientes. Para Gerd Finkbeiner, CEO mundial da manroland AG, a proximidade com os clientes é a peça fundamental para o desenvolvimento da empresa no país. “Vamos vender novas tecnologias e modernizar máquinas antigas. Com técnicos especializados, esse objetivo será facilmente alcançado”. Assim, a manroland do Brasil espera oferecer produtos, serviços e consultoria com muita qualidade.

“Já fechamos alguns negócios. A Manroland chegou com o pé direito e posso assegurar que os equipamentos que estamos trazendo não devem nada ao que se tem na Europa”, disse Franz von Fürstenberg, Diretor Executivo da marca no Brasil. “Nos últimos anos, o Brasil passou a ser muito estável. É o nosso maior mercado individual nessa fase de expansão na América Latina. Chegamos ao Brasil e vamos agitar o mercado”, continuou Franz, que espantou também qualquer boato de que a empresa estaria sendo vendida para a concorrência. “Isso não existe. Estamos em pleno vapor. Nossa marca continuará a fazer a diferença no mercado de impressão por todo mundo.”



Equipe Brasil - Aldertht Roesr, Lincoln Lopes, Franz von Fuerstenberg e Ricardo Raimundo

ANÚNCIO FALANTE

Os leitores da revista norte-americana Entertainment Weekly encontrarão uma surpresa nas páginas da edição do próximo mês de setembro. Em vez de um tradicional anúncio de mídia impressa, a PepsiCo decidiu ir um pouco além e colocará, nas páginas da publicação, um vídeo com pessoas falando. O anúncio animado foi desenvolvido por meio de uma parceria entre a Pepsi e a rede de TV americana CBS. A novidade consiste em uma tela muito fina, colada nas páginas da publicação, que transmitirão o conteúdo da grade de programação da Rede de TV exibido nas noites de segunda-feira. Para produzir o “anúncio falante”, a Pepsi contou com a tecnologia da companhia americana Amerchip, que criou a peça tendo como base a estrutura dos já tradicionais cartões musicais. Os anúncios estarão fixados nas revistas entregues aos assinantes das localidades de Nova York e Los Angeles. A companhia também não revelou qual a porcentagem da tiragem total da Entertainment Weekly - que, atualmente, é de 1,8 milhão de exemplares - levará o “anúncio falante”. Fonte: Revista *Meio & Mensagem*

NF-E

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) estabeleceu, por meio do Protocolo ICMS nº 42/2009 (DOU - 15.JUL.2009), a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em substituição à Nota Fiscal – modelos 1 ou 1-A – pelo critério da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Desta maneira, dependendo do código na CNAE em que se enquadrem, as empresas gráficas estarão obrigadas à emissão da NF-e a partir de uma das três seguintes datas: 1º de abril, 1º de julho ou 1º de outubro de 2010. Dúvidas podem ser esclarecidas junto ao Departamento Jurídico da Abigraf, por meio do telefone (11) 3164-3193 ou do e-mail nborelli@abigraf.org.br

DESAFIOS



Lançado no dia 06 de agosto, no Iate Clube de Brasília, o livro “Compromisso com Brasília – Desafios do Governo 2008”. Com cerca de 400 páginas, a publicação é uma iniciativa da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) e retrata o segundo ano de gestão do governador José Roberto Arruda.

Em seu discurso, Arruda fez referência à publicação do ano passado, relativa ao primeiro ano de mandato, cuja repercussão foi “extremamente positiva”, disse. Parceiro do projeto e responsável pela impressão dos dois trabalhos, Fausto Salim, da Charbel Gráfica, comemorou o resultado. “Ficou realmente muito bonito”. Após a solenidade, o governador autografou exemplares. Todas as doações obtidas com os livros serão revertidas para o Instituto Fraterna, presidido pela primeira-dama do DF, Flávia Arruda.



CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DO PAPEL E DA COMUNICAÇÃO IMPRESSA

A Abigraf promoveu no dia 13 de julho, em São Paulo, a 1ª Reunião do Comitê Executivo da Campanha de Valorização do Papel e da Comunicação Impressa. O encontro reuniu representantes da cadeia produtiva do livro e do papel e mobilizou entidades que buscam reverter a percepção de que o consumo de papel é sinônimo de destruição de florestas.

Na avaliação do presidente da Abigraf Nacional, Alfried Karl Plöger, a campanha está inserida em uma ação conjunta, muito importante para conscientizar a população acerca da origem da celulose nacional destinada à produção de papel. Os impressos, como livros, jornais, revistas e cadernos, são cada vez mais acusados, indevidamente, de contribuir para a redução das florestas, considerando que o papel é produzido a partir da madeira. Diante da gravidade dessa informação errada, é preciso urgente e ampla reação para o restabelecimento da verdade, antes que se transformem em vilões da sustentabilidade aqueles heróis da difusão cultural, do conhecimento e da informação. Um dos assuntos discutidos pelos participantes da reunião foi a criação de uma marca da campanha, que seja capaz de sintetizar e agregar os pontos de vista das várias entidades envolvidas.

SUZANO INVESTIRÁ US\$6BI ATÉ 2018

De acordo com informações do Portal Exame, a Suzano Papel e Celulose pretende investir seis bilhões de dólares até 2018 e dobrar sua capacidade de produção. Atualmente, a Suzano produz 2,9 milhões de toneladas de papel e celulose e segundo informou o presidente da empresa, Antonio Maciel Neto, a companhia planeja construir três novas fábricas de celulose e expandir a capacidade da unidade instalada na Bahia em 400 mil toneladas de celulose. As novas unidades deverão ter capacidade produtiva de 1,3 milhão de toneladas cada e serão instaladas nos estados do Maranhão, do Piauí e em outro a definir. “Estamos na fase de esforços florestais para viabilizar esses projetos. A madeira leva de seis a sete anos para ficar pronta para corte. A parceria com a Vale no Maranhão vai nos proporcionar uma antecipação em dois anos do projeto”, destacou Maciel. “Com esses projetos, vamos mais que dobrar a nossa capacidade. Para isso, teremos uma combinação de investimentos próprios, recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e de nossos fornecedores”, completou. A produção das novas fábricas, localizadas perto de áreas produtoras de eucalipto e de portos e ferrovias do Nordeste, será voltada, sobretudo, ao mercado internacional. Desde o agravamento da crise global, a China se tornou o principal destino da celulose exportada pela Suzano e a perspectiva é a de que o país continue sendo um dos principais mercados da empresa nos próximos anos.

Você viu? A Refile está de cara nova

A pedido do Sindigraf, a Adegraf desenvolveu novo projeto gráfico para a revista do sindicato.

O que era bom, ficou melhor. Essa foi a conclusão da equipe que trabalhou para modernizar a Refile. “O Sindigraf precisava adequar a revista às novas necessidades e renovar o projeto editorial e gráfico foi um desafio”, explicou Aline Pereira, Presidente da Adegraf.



Informativo Adegraf acompanhou as mudanças

Com a reformulação da Refile, o informativo da Adegraf, veiculado em todas as edições, também foi modificado, ficando mais clean. Nosso cabeçalho acompanhou a idéia dos demais títulos, mas a imagem ao fundo é a logo da Adegraf, para diferenciar a natureza das informações.



A reformulação contou com o trabalho de uma equipe composta pelo jornalista e fotógrafo Eduardo Soares, pelo Vice-Presidente de Comunicação e Marketing do Sindigraf, Ubirajara Alves Costa e pela Diretoria da Adegraf. Os assuntos foram divididos em novos temas, como produção gráfica, finanças e economia, e os títulos, valorizados com a inserção da foto da capa ao fundo. Os textos estão em cores mais neutras e ganharam mais espaço, facilitando a leitura. As fotografias receberam um destaque especial, sendo utilizadas em um formato maior do que no projeto anterior. As margens foram ampliadas, conferindo elegância e beleza ao resultado final.

“A expectativa é que os leitores aprovelem as mudanças, sentindo mais conforto visual e prazer em ler a revista, ficando mais bem informados sobre o que acontece no mercado gráfico do Distrito Federal”, concluiu a equipe.

Errata!

A **Tabela Referencial de Valores 2009-2010**, lançada dia 06 de agosto, foi impressa apresentando informações erradas na página 16 a respeito das horas técnicas dos Designers Gráficos. Lamentamos o incidente e aconselhamos que a consulta sobre esses valores seja feita pela **Tabela de Cargos e Salários 2009**, que se encontra disponível no site da Adegraf. Informamos que a versão corrigida da Tabela Referencial também está disponível no nosso site. E se você ainda não possui o exemplar impresso, pode consegui-lo na recepção do Sindigraf ou nas reuniões e eventos promovidos pela Associação.



A Adegraf é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com objetivo de congregar profissionais e posicionar-se como referência para o mercado, esclarecendo e difundindo a importância e as atividades pertinentes ao design gráfico. Acesse o site www.adegraf.org.br para associar-se ou saber mais sobre os trabalhos desenvolvidos pela Associação. O 'Adegraf informa' é veiculado na revista Refile em espaço cedido pelo Sindigraf-DF, parceiro da Adegraf.

SINDIGRAF

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS
GRÁFICAS
DO DISTRITO FEDERAL

Filiado à Federação das Indústrias
do Distrito Federal - FIBRA



10 motivos para você imprimir no DF

- :: Gera mais empregos
- :: Permite melhor acompanhamento do processo de impressão
- :: Beneficia o DF, aumentando a arrecadação de impostos
- :: Aumenta nossa capacidade de produção
- :: Mais qualidade no produto e na vida dos nossos trabalhadores
- :: Mais rapidez na entrega
- :: Mais barato
- :: Melhor atendimento
- :: Melhor distribuição
- :: Mais consciência

acesse www.sindigrafdf.org.br para mais informações e conhecer o projeto

novos
escritores



Criatividade, modernidade, tecnologia e conhecimento. Tudo isso transmitido para o papel.



- **Pré-Impressão:**
 - CtP (Computer to Plate)
Heidelberg Suprasetter A74- 2008
 - Impressora Epson 7880 para Prova Digital - 2008
- **Impressão:**
 - Heidelberg Print Master 74-4P (4 cores)
53x74cm, com reversão - 2007
 - Heidelberg GTO 52/2 (bicolor) - 2002
- **Pós-Impressão:**
 - Linha Automática de alceamento, grampo e
refile trilateral Müller Martini - 2007
 - Linha Automática de capeação *Amigo Plus*
Müller Martini - 2007
 - Guilhotina Programável Guarani, colchão de ar,
1,20m de boca - 2005
 - Dobradeira Stahl FI 52 - 1998
 - 2 Máquinas de *Wire-o*, perfuração e fechamento
 - Corte e Vinco formato 4

Sede própria com área de 1.200m construída



E-mail: cidadegrafica@uol.com.br

Fones: 61 3552 5066 | Fax: 61 3386 4980

SIBS Qd. 03 Conj. A Lotes 26/28 - 71736-301 - N. Bandeirante - DF